



DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 17 de junho de 2024.

Edição 4189 | Páginas: 09

9ª LEGISLATURA | 2ª SESSÃO LEGISLATIVA | 66º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

SOLDADO SAMPAIO
PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
1º VICE-PRESIDENTE

CHICO MOZART
2º VICE-PRESIDENTE

EDER LOURINHO
3º VICE-PRESIDENTE

JORGE EVERTON
1º SECRETÁRIO

AURELINA MEDEIROS
2ª SECRETÁRIA

RÁRISON BARBOSA
3º SECRETÁRIO

ODILON
4º SECRETÁRIO

RENATO SILVA
CORREGEDOR GERAL

Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputado Marcos Jorge – Presidente;
- b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
- c) Deputado Neto Loureiro;
- d) Deputado Jorge Everton;
- e) Deputado Rárison Barbosa;
- f) Deputado Coronel Chagas;
- g) Deputado Armando Neto.

II - Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputada Aurelina Medeiros – Presidente;
- b) Deputado Jorge Everton – Vice-Presidente;
- c) Deputado Coronel Chagas;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Soldado Sampaio.

III - Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Rárison Barbosa – Presidente;
- b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcinho Belota;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Lucas Souza.

IV - Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
- b) Deputada Angela Águida Portella – Vice-Presidente;
- c) Deputado Armando Neto;
- d) Deputado Marcos Jorge;
- e) Deputado Isamar Júnior;
- f) Deputada Aurelina Medeiros;
- g) Deputada Catarina Guerra.

V - Comissão de Juventude, Cultura e Turismo:

- a) Deputado Lucas Souza – Presidente;
- b) Deputado Dr. Meton – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião;
- e) Deputada Tayla Peres.

VI - Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião – Presidente;
- b) Deputado Neto Loureiro – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Dr. Meton;
- f) Deputado Gabriel Picanço;
- g) Deputado Jorge Everton.

VII - Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputada Catarina Guerra – Presidente;
- b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jorge Everton;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Neto Loureiro;
- f) Deputado Idázio da Perfil;
- g) Deputado Marcos Jorge.

VIII - Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Marcelo Cabral – Presidente;
- b) Deputado Lucas Souza – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jorge Everton;
- d) Deputado Renato Silva;
- e) Deputado Marcos Jorge.

IX - Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
- b) Deputado Isamar Júnior – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcinho Belota;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Lucas Souza.

X - Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura e Política Rural:

- a) Deputado Armando Neto – Presidente;
- b) Deputado Gabriel Picanço – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Eder Lourinho.

XI - Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Odilon – Presidente;
- b) Deputado Eder Lourinho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Armando Neto;
- e) Deputado Marcelo Cabral.

XII - Comissão dos Povos Originários e Tradicionais:

- a) Deputado Dr. Meton – Presidente;
- b) Deputado Armando Neto – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Odilon.

XIII - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
- b) Deputado Rárison Barbosa – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcinho Belota;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Soldado Sampaio.

XIV - Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio e Serviços:

- a) Deputado Gabriel Picanço – Presidente;
- b) Deputado Idázio da Perfil – Vice-Presidente;
- c) Deputado Odilon;
- d) Deputada Angela Águida Portella;
- e) Deputada Tayla Peres.

XV - Comissão de Relações Internacionais, de Ciências, Tecnologia e Inovação:

- a) Deputado Idázio da Perfil – Presidente;
- b) Deputado Marcos Jorge – Vice-Presidente;
- c) Deputada Catarina Guerra;
- d) Deputado Dr. Meton;
- e) Deputado Armando Neto;
- f) Deputado Chico Mozart;
- g) Deputado Eder Lourinho.

XVI - Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputado Renato Silva – Presidente;
- b) Deputada Angela Águida Portella – Vice-Presidente;
- c) Deputada Catarina Guerra;
- d) Deputado Neto Loureiro;
- e) Deputada Joilma Teodora.

XVII - Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

- a) Deputada Joilma Teodora – Presidente;
- b) Deputada Tayla Peres – Vice-Presidente;
- c) Deputada Catarina Guerra;
- d) Deputada Angela Águida Portella;
- e) Deputada Aurelina Medeiros.

XVIII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputado Isamar Júnior – Presidente;
- b) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião – Vice-Presidente;
- c) Deputado Lucas Souza;
- d) Deputada Tayla Peres;
- e) Deputado Odilon.

XIX - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputada Angela Águida Portella – Presidente;
- b) Deputado Marcinho Belota – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião;
- d) Deputado Isamar Júnior;
- e) Deputado Lucas Souza.

XX - Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Neto Loureiro – Presidente;
- b) Deputado Odilon – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcos Jorge;
- d) Deputado Eder Lourinho;
- e) Deputado Renato Silva;
- f) Deputada Catarina Guerra – 1ª Suplente;
- g) Deputado Coronel Chagas – 2ª Suplente.

XXI - Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:

- a) Deputado Marcinho Belota – Presidente;
- b) Deputado Chico Mozart – Vice-Presidente;
- c) Deputada Angela Águida Portella;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Rárison Barbosa.

XXII - Comissão de Minas e Energia:

- a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
- b) Deputado Renato Silva – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Idázio da Perfil;
- e) Deputado Odilon.

SUMÁRIO

Superintendência Legislativa

- Ata da 22ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura 02

Superintendência de Gestão de Pessoas

- Resoluções nº 3768 a 3771/2024 08

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

ATAS

ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 21 DE MAIO DE 2024 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MARCELO CABRAL. (EM EXERCÍCIO) (Revisada)

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e quatro, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a vigésima segunda Sessão Ordinária da segunda Sessão Legislativa da nona legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Bom dia a todos os presentes, aos senhores deputados, aos que nos assistem pela TV Assembleia, Rádio Assembleia e pelas nossas plataformas digitais. Convido o senhor deputado Marcos Jorge para atuar como primeiro-secretário, *ad hoc*.

Solicito ao senhor primeiro-secretário, que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcos Jorge** – Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito à senhora segunda-secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lida a Ata da Sessão anterior).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam com a Ata permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcos Jorge** – Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental n. 36/2024, encaminhando Projeto de Lei n. 117/2024, que “dispõe sobre a transferência de titularidade do imóvel que indica”. **RECEBIDO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA:** Ofício n. 3184/2024, encaminhando o Projeto de Lei n. 116/2024, que altera a Lei n. 853, de 27 de junho de 2012. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei n. 112/2024, de autoria do deputado Armando Neto, que “dispõe sobre multas e sanções administrativas contra invasores de propriedades públicas ou privadas”; Projeto de Lei n. 113/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora, que “institui o mês “maio Laranja”, dedicado ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes”; Projeto de Lei n. 114/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora, que “institui o Plano Estadual de Combate à Pedofilia, estabelecendo diretrizes para prevenir e combater crimes contra crianças e adolescentes”; Projeto de Lei n. 115/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora, que “dispõe sobre a criação do Programa Infância sem Racismo no Estado de Roraima”; Projeto de Lei n. 118/2024, de autoria da deputada Aurelina Medeiros, que “autoriza o Poder Executivo a criar a Política de Apoio à Saúde Mental dos Servidores do Estado de Roraima e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 119/2024, de autoria da deputada Aurelina Medeiros, que “autoriza o Poder Executivo a efetivar a presença de psicólogo e psicopedagogo nas instituições de ensino do Estado de Roraima e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 120/2024, de autoria da deputada Aurelina Medeiros, que “autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Acompanhamento Pré-natal e Pós-parto para Gestante com Deficiência Auditiva, Surda e Surdocega em todo Estado de Roraima e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 121/2024, de autoria da deputada Aurelina Medeiros, que “dispõe sobre a necessidade de se combater o avanço da dengue no Estado de Roraima e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo n. 039/2024, de autoria do deputado Renato Silva, que “concede o título honorífico de Cidadania Roraimense à pessoa que indica e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo n. 040/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima ao servidor da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima – ADERR, Senhor Dalbian Hudson dos Santos, e dá outras providências”; Indicação n. 194/2024, de autoria da deputada Catarina Guerra; Indicações n.ºs 195 e 196/2024, de autoria do deputado Armando Neto; Indicações n.ºs 197 e 198/2024, de autoria do deputado Jorge Everton; Indicação n. 199/2024,

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

Email: docgeralale@gmail.com

AURENICE MAGALHÃES BEZERRA

Gerência de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Chefia do Núcleo de Produção do Diário Oficial

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira, até as 15h30, conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete e de secretaria, bem como dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, assim como o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

de autoria do deputado Rárison Barbosa; Indicações nºs 200 e 201/2024, de autoria do deputado Gabriel Picanço; Indicações nºs 202 a 204/2024, de autoria do deputado Coronel Chagas; Indicações nºs 205 e 206/2024, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião; Indicação n. 207/2024, de autoria do deputado Eder Lourinho; Indicação n. 208/2024, de autoria da deputada Peres; Indicação n. 209/2024, de autoria dos deputados Coronel Chagas e Aurelina Medeiros; Moção de Pesar n. 026/2024, de autoria do deputado Eder Lourinho, aos familiares e amigos pelo falecimento do Senhor Braulino Barbosa de Araújo, ocorrido em Boa Vista – RR, no dia 20 de maio de 2024”; Moção de Aplauso n.027/2024, de autoria do deputado Renato Silva, “ em homenagem à Juíza Sissi Marlene Dietrich Schwantes pelo seu notável trabalho de enfrentamento à corrupção eleitoral”; Requerimento n. 047/2024, de autoria da deputada Tayla Peres, que “requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei n. 78/2024, que dispõe sobre a obrigatoriedade da rede pública de saúde oferecerem leito ou ala separada para as mães de natimorto e/ou mães com óbito fetal, e dá outras providências; Memorando n. 088/2024, de autoria do deputado Jorge Everton, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 16 de maio de 2024; Memorando n. 088/2024, de autoria da deputada Angela Águida Portella, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 16 de maio de 2024. **DIVERSOS:** Ofício n.12090/2024, de autoria do Ministério de Estado da Defesa, referente ao Pedido de Informação n. 056/2023.

Era o que constava do expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcos Jorge** – Senhor Presidente, há três oradores inscritos para o Grande Expediente. Os deputados inscritos são: Rárison Barbosa, Armando Neto e Coronel Chagas.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Com a palavra, o deputado Rárison Barbosa, com o tempo de 20 minutos.

O Senhor Deputado **Rárison Barbosa** – Bom dia, Presidente e a todos os deputados aqui presentes, aos nossos amigos que nos assistem direto, aqui na Assembleia, as pessoas que estão nos assistindo pelas redes sociais, TV e Rádio Assembleia. Dizer que, nós estamos aqui, para fazer um pronunciamento de agradecimento ao nosso governador, ao Executivo, pelo atendimento de um pedido que vinha sendo feito há algum tempo e ontem a comissão de segurança, que foi formada para tratar do assunto da Polícia Civil foi recebida pelo governador e nós conseguimos êxito, ganhamos aquilo que realmente nós fomos buscar. Dizer, deputado Renato, que desde o ano passado, nós fazíamos as indicações para que o governador pudesse atender o pleito da nossa Polícia Civil. Nós fizemos pelo nosso gabinete as indicações nºs 586, 641, de 2023; nºs 02, 14, 87, 100 e a 164, já em 2024, pedindo o andamento do concurso da Polícia Civil. Então, começou essa peregrinação lá atrás e esse ano, o deputado Renato Silva, recebeu uma comissão de policiais civis em seu gabinete, pedindo uma intervenção da Assembleia Legislativa em relação à questão da promoção dos policiais. O Deputado Renato Silva, de pronto, se comprometeu com os policiais, montou a comissão composta pelos deputados: Renato Silva, Rárison Barbosa, Gabriel Picanço, Armando Neto e o deputado Chico Mozart, fizemos deputado, três reuniões, duas aqui na Assembleia, com a participação da delegada-geral, do secretário da Seplan, da representante da Polícia Civil, do secretário Flamarion, representando o governo e conseguimos chegar a um consenso da importância de se promover os policiais civis, pois já era uma promessa do governador feita em 2022. Os Policiais já estavam promovidos, já estavam na letra, na classe especial, mas era necessário que fosse pago esse direito. E, ontem, deputado Renato, deputado Armando, na reunião que nós tivemos no palácio, com essa somatória de forças, nós conseguimos o convencimento junto ao nosso governador.

Quero agradecer também, a cooperação do deputado Coronel Chagas, que é líder do governo aqui na Casa, estava presente na reunião, nos ajudou no convencimento com governador e nós conseguimos, deputado, que o governador fizesse o pagamento da promoção dos policiais no aniversário da Polícia Civil que será em julho. Mas, nós conseguimos também em julho, que governador chamasse 205 policiais civis, que já estão formados e no mês de agosto, o governador vai chamar o cadastro reserva, que também foi aberto, aqui. Então, isso é um ganho muito forte, a comissão de segurança formada está de parabéns, a Assembleia Legislativa está de parabéns. Quero agradecer aqui ao nosso governador pela sensibilidade que tem feito pela segurança pública. Roraima melhorou muito no governo do Antônio Denarium. Nós queremos deixar aqui a nossa gratidão, Coronel Chagas, por mais esse pleito atendido pelo nosso governador, fazendo justiça com esses profissionais, que estão há mais de 20 anos na carreira e que precisavam desse reconhecimento para que possam colocar a nossa segurança pública no local de destaque e fazer com que ela seja ainda

melhor. Então, fica aqui a nossa gratidão ao governador, os nossos parabéns aos deputados envolvidos nessa causa. A Assembleia Legislativa sempre muito presente nas causas do povo, aqui no nosso estado.

Aparte concedido ao senhor deputado **Renato Silva** – Deputado Rárison, primeiramente, quero agradecer e parabenizar todos os parlamentares da comissão. Vossa Excelência, deputado Rárison, deputado Armando, deputado Gabriel Picanço, que é o presidente da comissão, deputado Chico Mozart e também agradecer ao líder do governo, deputado Coronel Chagas, que ontem na reunião com o governador foi fundamental a participação de Vossa Excelência, postura firme, solicitando, cobrando algo que é de direito da categoria. Mas, sabemos que nós temos que ver a realidade financeira e quando dá para cumprir realmente, essas promoções de chamar os candidatos aprovados no concurso, e o deputado Coronel Chagas, foi fundamental nessa reunião. Como também, o deputado Gabriel Picanço, muito incisivo, muito pertinente, também abraçou a causa e foi muito importante na reunião de ontem à noite, dia 20 de maio. E, saímos com a vitória e eu nunca duvidei dessa vitória, porque o governador sempre tem atendido todas as categorias, principalmente na área da segurança pública. Como eu sempre falo, em 2019, deputada Aurelina, passamos por isso com a Polícia Militar. A Assembleia se uniu aqui, conseguimos juntos, retomar o concurso, o deputado Coronel Chagas lembra disso, e foram chamados mais de 1.000 policiais. Então, eu tinha certeza de que o governador iria mais uma vez se sensibilizar, apertar um pouquinho o cinto do estado e atender essa promoção. E, em seguida, chamar os candidatos aprovados e posteriormente, chamar o cadastro de reserva, que são aqueles 184 que fizeram a prova. Então, saímos com sentimento de vitória, viu, deputado Chagas! Tinha uns dias que eu não conseguia sair do palácio tão feliz como eu saí ontem. E saí muito feliz e satisfeito com a postura do governador em atender a categoria da Polícia Civil. Então, parabéns, deputado Rárison, pela sua fala, pelo trabalho e foi mais uma vitória de uma categoria e todas dentro da responsabilidade, conte comigo para buscarmos sempre o direito de todos. Obrigado.

O Senhor Deputado **Rárison Barbosa** continua – Obrigado, deputado Renato.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Armando Neto** – Eu fico muito satisfeito e engrandecido por fazer parte desta comissão, presidida pelo deputado Gabriel Picanço, com a participação do deputado Renato e deputado Chico Mozart. Isso é que se faz em um parlamento forte, um parlamento unido, coeso, dando resposta a sociedade, não para pressionar o governo para fazer algo que não esteja nas condições do governo e, sim, por questão de necessidade e de justiça. Hoje, foi um ganho para a Polícia Civil, nós nos empenhamos muito para um resultado favorável, positivo e satisfatório. Eu quero agradecer a oportunidade de fazer parte desta comissão e enaltecer a sensibilidade, o poder de percepção do governador Antônio Denarium de ter a oportunidade de fazer justiça para essa classe. Então, eu quero deixar as minhas considerações a esta comissão, a todo esse parlamento e neste momento, principalmente ao governador Antônio Denarium pelas suas atitudes e pela sua coerência. Está de parabéns a comissão e está de parabéns o governador do estado Antônio Denarium. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Rárison Barbosa** – Obrigado, deputado Armando.

Aparte concedido a Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Desculpa, eu estava aqui enrolada. Mas, deixa eu lhe dizer, era para ter sido feito isso, hoje, mas infelizmente a gente vai só fazer um convite. Eu quero pedir apoio aos colegas para a gente começar a trabalhar no concurso para o setor agrícola. Nós temos um setor agrícola em que o último concurso que houve para agricultura foi em 2003. De lá para cá, o concurso foi feito de forma geral, porque naquele tempo funcionava na agricultura a Aderr, Iteraima não era com esse nome, Femarh. Depois esses órgãos criaram autonomia e foram levando parte desses servidores. O concurso da Femarh foi realizado em dois 2006, o concurso do Iteraima em 2013 com 26 técnicos de nível superior entre agrônomos, técnicos e outros. Então, nós temos hoje, o setor agrícola da Secretaria de Agricultura, com apenas 6 técnicos em agropecuária, 12 agrônomos e veterinários. Nós temos um setor que é dito como o que move a economia do estado, em alguns aspectos, e todas as instituições do setor agrícola Seapa, Aderr e Iteraima, Femarh e Iteraterr. Para vocês terem uma noção o Iteraterr funciona hoje, com os servidores da agricultura que vieram do departamento de assistência técnica. E, nós estamos mandando agrônomos e técnicos agrícolas para campo, quando tem disponibilidade, com uma única gratificação de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Então, nós vamos começar essa luta. É interessante, por exemplo, o caso do Iteraterr, onde foram alguns cargos comissionados dirigidos para a parte administra das instituições. É o diretor, é o chefe de sessão, é o chefe de serviço, é o chefe de transportes e a gente não tem.

Hoje, no Itarr, nós temos um técnico em algumas localidades para atender a mil e quinhentos produtores. Nós temos a Femarh em uma situação de penúria. Infelizmente, nesses seis anos do governo Antônio Denarium, ele sabe disso, nós temos conversado, nem progressão, alguns casos pequenos, mas o que há mesmo é a necessidade de pessoal para trabalhar. A gente já vem trabalhando com o governo para fazer um concurso único para o setor agrícola para todas essas instituições, porque infelizmente, hoje quando você busca o Itarr e o Iteraima para realizarem vistoria, eles não têm pessoal para realizar essas vistorias nas áreas, para dar título definitivo. Então, nós estamos convidando essas instituições para que eles nos apresentem o corpo técnico que está envolvido na área administrativa. E todos são instituições que trabalham no campo, que tem uma carga de trabalho imensa, assim como tem a área de segurança. Mas, chegou a hora de também olharmos, eu estou pedindo, eu sou da Comissão de Agricultura, sou da Comissão de Administração de terras e chegou a hora de a gente também olhar para a questão do setor agrícola. Peço o apoio de todos, como lhe apoio na sua empreitada e na dos demais deputados. Obrigado.

O Senhor Deputado **Rárison Barbosa** continua – Obrigado, deputada Aurelina. Realmente, é uma causa justa, conte conosco, conte com os deputados aqui para que a gente possa criar uma comissão para tratar especificamente disso. Vamos cobrar do Executivo que aconteça o concurso para que a gente possa colocar novos servidores nas secretarias citadas pela senhora. Conte conosco.

Deputado Renato, eu queria também levantar uma outra situação que é a questão dos técnicos tributários que já foram citados aqui, inclusive, pelo deputado Marcos Jorge. Foi citado aqui pelo deputado Marcos Jorge, que foi um dos idealizadores lá atrás, desse concurso público. Esses servidores já estão aptos a serem nomeados, a tomarem posse nos seus cargos. E, o estado precisa realmente desses servidores para que a gente possa arrecadar. Com eles é que a gente vai ter a condição de recurso na fonte para que a gente possa fazer os investimentos devidos no nosso estado. Então, também é um pleito dos técnicos tributários da Secretaria de Fazenda, que nos procuraram. Nós já fizemos indicações ao governador, pedindo a nomeação imediata deles para que a gente possa suprir a necessidade da Secretaria de Fazenda. Deputado Eder, eu estive em Rorainópolis este final de semana, conversando com os empresários e eles falaram, Coronel Chagas, que eles precisam vir a Boa Vista porque no prédio da SEFAZ de lá, não tem condição de atendimento por falta de servidores para fornecer uma nota fiscal, para tirar uma dúvida com relação a uma cobrança. Então, eles têm que se deslocar trezentos e cinquenta quilômetros até a capital para resolver um problema simples, que poderia ser resolvido lá. Então, nós precisamos realmente desse efetivo, desses técnicos tributários para que eles possam fazer essa composição de efetivo, tanto em Rorainópolis, quanto na nossa fronteira com o estado do Amazonas. Então, queria deixar aqui também nosso pedido ao nosso governador que atenda o pleito dos técnicos tributários, pedir a força dos deputados aqui para que a gente possa também vencer mais essa parte.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Deputado Rárison, quero parabenizar Vossa Excelência por trazer na sua fala nesta manhã, também a situação dos nossos concursados para o cargo de técnico de tributos, grupo TAF da nossa Sefaz. Não existe, deputado Coronel Chagas, uma atuação eficiente dos auditores sem a atuação complementar dos nossos técnicos de tributos. Nós temos além do município de Rorainópolis, que para as demandas da agência de rendas, lá na sede do município, temos o posto fiscal do Jundiá, por onde passa praticamente a totalidade de tudo aquilo que entra no nosso estado e com o apoio firme e constante do nosso governador Antônio Denarium. Na época em que eu estive na Sefaz, nós fizemos diversos investimentos que fazem parte do planejamento estratégico dessa secretaria central para a arrecadação e manutenção do funcionamento do governo. Desde veículo scanner, que está em funcionamento no posto fiscal do Jundiá, que faz esse trabalho de verificação do que entra no nosso estado, para além de mercadorias, também auxilia a nossa segurança pública. Estamos falando, deputado Rárison, do nosso Data Center, investimentos em tecnologia e computadores. O concurso de auditor ficou pendente à nomeação dos nossos técnicos e dos servidores que ingressarão no Cetif, no Centro de Tecnologia Fazendária, porque faz parte de um conjunto dentro do planejamento estratégico para o fortalecimento do fisco estadual e para o crescimento do estado de Roraima, sem perseguição a nenhum empresário. Pelo contrário, os empresários, hoje, pedem a presença da Sefaz porque acabou aquela época de perseguição em porta de comércio pequeno, de bodega, como já foi feito no passado. Hoje, a fiscalização é feita com inteligência fiscal. Portanto, eu quero aqui reforçar a sua fala, além de enaltecer o seu posicionamento.

Reforçar também a fala que tenho feito, desde o ano passado, solicitando ao Executivo Estadual que nomeie em caráter de urgência os nossos servidores do fisco estadual para o fortalecimento do Executivo como um todo, pois todos os poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário, dependem do trabalho dos nossos agentes do fisco. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado e parabéns.

O Senhor Deputado **Rárison Barbosa** – Obrigado, deputado Marcos Jorge pela colaboração. Eu quero agradecer, presidente, pela oportunidade. E, mais uma vez, obrigado e parabéns à Polícia Civil do estado, que agora em julho, será promovida, os novos policiais serão chamados e o cadastro reserva também será convocado. Fica aqui, o nosso compromisso. Obrigado a cada um de vocês e um bom dia a todos.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Quero saudar os nossos técnicos fiscais da Sefaz, parabéns a vocês. Quero também me juntar ao deputado Marcos Jorge, ao deputado Rárison, deputada Aurelina, pelas falas e dizer que esta Casa tem feito importantes cobranças ao Executivo para chamar os concursados. Temos que fazer isso, sabendo do dever, da obrigação da Sefaz e vocês são fundamentais para gerar, para arrecadar, para orientar, realmente, os nossos empresários de uma forma correta.

Convido, agora, o deputado Coronel Chagas, pelo tempo de 20 minutos.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Bom dia, senhor presidente, deputado Marcelo Cabral, nos trabalhos desta sessão. Cumprimento todos os senhores deputados, deputadas, também a todos que estão aqui nas nossas galerias, participando desta sessão plenária, a todos os servidores desta Casa e aqueles que estão nos assistindo através do sinal da TV Assembleia, da Rádio Assembleia e das redes sociais.

O que nos traz à tribuna, hoje, deputado Marcinho Belota, é o assunto que foi trazido a esse plenário, por Vossa Excelência e pelo deputado Jorge Everton, que é algo que tem preocupado e que repercutiu nas redes sociais. É a questão da informação de que uma resolução da Universidade Estadual de Roraima, iria usar apenas as notas do ENEM como processo seletivo para ingresso nos cursos de formação superior, de graduação e de licenciatura. Pois bem, naquele mesmo dia, eu, como presidente da Comissão de Educação, e a deputada Aurelina Medeiros, como presidente da Comissão de Administração, protocolamos um requerimento e um de Pedido de Informação e de convite ao reitor, Dr. Cláudio Delicato, para uma reunião com as Comissões de Educação e de Administração, nesta segunda-feira, o que aconteceu ontem, aqui nesta Casa. E, o objetivo era ouvir no âmbito das comissões, esclarecimentos por parte do reitor a respeito dessas notícias que se espalharam nas redes sociais e que estavam causando preocupação a todos aqueles jovens estudantes, que se preparam muitas vezes por mais de ano, para prestar o vestibular no curso que ele entende que é a vocação dele. E, quando ele se prepara, é a família toda se preparando.

Então, deputado Marcinho Belota, Vossa Excelência, quando trouxe essa matéria para cá, assim como o deputado Jorge Everton, os senhores trouxeram a preocupação de todos esses jovens, dessas famílias. E, é isso que esta Casa faz, nós somos uma caixa de ressonância das demandas da população, de todos os segmentos da sociedade civil organizada e Vossa Excelência fez muito bem.

Na reunião de ontem, nós tivemos presentes, o deputado Coronel Chagas, deputada Aurelina, deputada Angela Águida, que também é professora, deputada Catarina Guerra, deputado Marcelo Cabral, também passou pela reunião, assim como os procuradores jurídicos desta Casa e toda assessoria das duas comissões. Foi uma reunião de aproximadamente 2 horas, onde o Dr. Cláudio nos explicou as razões de ser emitida essa resolução pelo Conselho Universitário. A interpretação que se deu, efetivamente, não era a que se pretendia, não era o alcance que se pretendia dar com aquela resolução.

Na verdade, o que que acontece na Universidade Estadual, nós temos mais de 20 cursos superiores, temos cursos com uma alta demanda no vestibular, que é o vestibular unificado, que vem sendo realizado pela Universidade Estadual. E, por exemplo, o curso de medicina, que são mais de 60 candidatos por vaga; curso de Direito, uma média de 18 candidatos por vaga; da mesma forma o curso de Enfermagem. E daí, os demais cursos vão baixando a concorrência, e nós temos diversos cursos, deputada Catarina, Vossa Excelência estava lá, que a concorrência chega a menos de um candidato por vaga, e quando chega a matrícula, muitas vezes, um curso que tem 30 vagas, dos 30 ou 20 aprovados, apenas 5 ou 10, efetivamente, fazem a matrícula.

Como não há nenhum outro ou não havia nenhum outro processo seletivo de escolha de alunos para a Universidade, aquele curso começava com apenas 5 ou 10 alunos, ou seja, milhares de outros jovens poderiam estar sendo aproveitados ali ou tendo essa oportunidade de fazer um curso superior gratuito. Mas, a Universidade não tinha uma forma de escolha,

além do vestibular unificado e por isso foi feita aquela resolução, mas que acabou dando uma interpretação de que somente o Enem seria utilizado. Então, ficou acertado nessa reunião com a Comissão de Educação e a Comissão de Administração, comissões permanentes desta Casa, com o reitor, Dr. Cláudio, de que essas comissões fariam através da Procuradoria Jurídica desta Casa, uma sugestão de alteração para essa resolução e, é o que foi feito, deputado Marcos Jorge. Então, essa indicação foi protocolada, hoje, assinada por mim, deputado Coronel Chagas, e pela deputada Aurelina Medeiros, que é a presidente da Comissão de Administração. E, eu, presidente da Comissão de Educação, em comum acordo com os demais membros que estiveram presentes ontem, foi feito esse estudo pela Procuradoria desta Casa e está sendo proposta uma sugestão para contribuir com o Conselho Universitário para dirimir qualquer dúvida que possa pairar em relação ao processo seletivo para ingresso nos cursos superiores na Universidade Estadual de Roraima.

Então, não será apenas o Enem, que será para vagas remanescentes dos cursos, conforme eu falei agora há pouco, que porventura, não tenha completado a turma. Vou ler apenas três dispositivos da sugestão que nós vamos encaminhar para a Universidade Estadual, nos seguintes termos: “artigo 1º - O processo de ingresso nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Roraima deve garantir a necessária segurança jurídica aos candidatos e assegurar observância dos princípios da isonomia, da impessoalidade, da moralidade, da eficiência no preenchimento das vagas ofertadas; artigo 2º - A classificação dos candidatos as vagas dos cursos de graduação ofertados pela Universidade Estadual de Roraima será feita por meio da nota obtida no respectivo concurso vestibular, obedecido os critérios estabelecidos no edital do certame; artigo 3º - Poderá ser estabelecido o processo seletivo simplificado para o preenchimento de vagas remanescentes ou o ingresso nos cursos de graduação, cuja concorrência média nos últimos cinco vestibulares tenha sido inferior a 10 vezes o número de vagas ofertadas; artigo 4º - À critério do Conselho Universitário, o processo seletivo simplificado poderá ser realizado por meio da utilização das notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, ou por outro meio ou mecanismo que assegure a observância dos princípios elencados no artigo primeiro dessa resolução”. Então, essas são algumas das sugestões que estamos encaminhando como indicação da Comissão de Educação e da Comissão de Administração ao Conselho Universitário da UERR.

Deputada Aurelina, concedo, com certeza, um aparte à senhora, que tem muito a contribuir.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Obrigada, deputado. Nós sabemos que amanhã tem audiência pública nesta Casa para discutir a Universidade para todos, a UERR, para todos e de repente, veio aqui na sessão passada, a preocupação com o vestibular. O que causou estranheza a mim e ao deputado Chagas, foi que a resolução 34 da UERR, ela não se referia em nenhum momento a que houvesse o cancelamento de vestibulares. Daí a nossa preocupação em ter uma reunião das comissões em conjunto com o reitor. Nós queríamos ouvi-lo, até para termos elementos para discutir na audiência pública. E, como nós pensávamos, não houve intenção da UERR em cancelar vestibulares. O que nós temos é uma Universidade com cinco mil vagas para alunos que têm custos grande, mais de 200 professores, é o que temos hoje, em todos os cursos, em todos os semestres, dois mil e poucos alunos estudando, por quê? Porque quando há o vestibular, não há em alguns casos, procura por determinados cursos que a universidade oferece, cerca de 21. Então, temos uma Universidade, onde poucos cursos como medicina, por exemplo, que chega a ser até 100 pessoas, não é deputado Chagas?

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Aproximadamente, 60 candidatos por vaga.

A Senhora deputada **Aurelina Medeiros** continua – 60/70, enfermagem e o restantes dos cursos ficam vazios. Temos uma demanda que no ato da inscrição, são mais de cinco mil pessoas que procuram, 50% não paga a taxa de inscrição; 20% não chegam a fazer a prova; 10% não chega a fazer a matrícula e ainda tem a evasão escolar. Então, temos uma universidade, como é o caso da Federal, também em alguns cursos, que não têm demanda. As pessoas ou não se inscrevem para aquele curso, ou não participam de alguma forma, não tem demanda. É um custo alto para a UERR manter determinados cursos com 04, 05 alunos. A UERR era a única universidade do Brasil que não tinha aderido ao Enem. Vamos ter o nosso vestibular como manda o figurino, dentro das normas do Conselho Universitário. E, em nenhum momento se pensou em abolir vestibular, as vagas remanescentes, as vagas que não forem preenchidas, estão sendo ofertadas para o Enem ou para outro sistema de vestibular, que deixou de ser vestibular unificado. A UERR já chegou a inserir alunos de outras formas, com análise curricular para realmente atender a determinadas disciplinas. O meu professor José de Souza está aqui e sabe que uma das áreas mais

críticas é a área de educação. Você, praticamente não tem demanda para essas áreas. Então, o Enem é para isso, é para preencher as vagas que o nosso vestibular deixou de preencher, que além do vestibular, nós podemos ter, se o Enem não atender, outras formas de ingresso na Universidade. Seja uma chamada extraordinária, seja análise curricular, seja uma prova simplificada, mas não podemos ter uma Universidade com 05 mil vagas, com estrutura para atender mais de 20 cursos, funcionando com menos da metade das vagas. Essa que foi a preocupação, mas em nenhum momento o reitor, como o deputado Chagas já leu aqui, nos deu abertura, inclusive, para sugerir algumas questões que pudessem retirar essa conversa, que a gente não sabe de onde saiu. Então, deputado Chagas, obrigada pelo aparte.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Obrigado, deputada Aurelina, Vossa Excelência foi muito importante ontem, na reunião. Concedo aparte ao senhor deputado **Marcinho Belota**.

Aparte concedido ao senhor Deputado **Marcinho Belota** – Obrigado, deputado Chagas. Deputada Aurelina, concordo com quase tudo que a senhora falou. Se o reitor tivesse explicado dessa forma, todos os estudantes teriam entendido, como a senhora acabou de explicar. De fato, nós sabemos que o curso mais concorrido é o de medicina, nós sabemos que tem pouca procura para os outros cursos e esse parlamento tem contribuído muito com a educação em nosso estado. E, eu tenho certeza, que já deixou muito mais tranquilo, deputado Coronel Chagas, os alunos não só os que aqui estiveram lutando pelos seus direitos, como os que não puderam vir também, que é uma quantidade muito grande de alunos que estão interessados em cursar uma faculdade. Então, obrigado pela colaboração da Comissão de Educação, obrigado deputada Aurelina Medeiros, deputado Coronel Chagas e todos que compõem essa comissão, obrigado.

O Senhor **Deputado Coronel Chagas** continua – Obrigado, deputado **Marcinho Belota**, sua participação foi importante em trazer essa discussão para cá. De fato, a resolução deixou margem para interpretações que levavam ao entendimento de que poderia ser encerrado o processo através de vestibular. E, para que não houvesse mais essa dúvida de interpretação é que a Comissão de Educação, juntamente com a Comissão de Administração com o apoio técnico e jurídico desta Casa, está sugerindo esses dispositivos para serem incluídos na resolução ou que seja emitida pelo conselho uma nova resolução. Claro, são sugestões desta Casa, dos deputados, através da Comissão de Educação e de Administração e dessa forma, a gente espera ter dado um retorno no âmbito das competências das comissões a essa aflição de todos os estudantes que pretendem fazer o vestibular na nossa Universidade Estadual.

Aparte concedido ao **Deputado Marcos Jorge** – Apenas para parabenizar, bem como, a deputada Aurelina e os membros das respectivas comissões pela reunião produtiva de ontem. Porque de fato, como disse, o deputado **Marcinho Belota**, ficaram muitas dúvidas em relação ao que está no texto, ao documento da resolução do conselho, porque se o intuito é justamente o preenchimento dessas vagas remanescentes, ele está mais do que correto. Nós estamos falando de dinheiro público, sendo investido em uma universidade pública, que está com baixa adesão em cursos específicos. Porém, em momento algum até a atuação dos parlamentares desta Assembleia Legislativa, isso veio de forma cristalina para a população, principalmente para aqueles que estão estudando em cursinhos, que estão se preparando para o vestibular e causou essa grande insegurança. Então, é fundamental que todo gestor público, antes de editar uma norma que venha alterar critérios de adesão em qualquer, eu repito aqui, qualquer instituição, principalmente de ensino superior, que esta seja precedida de consulta, justamente para evitar esse tipo de situação, que possa esclarecer de maneira mais precisa, como Vossa Excelência colocou muito bem, para que nós tenhamos a certeza e a segurança jurídica também do ingresso que muda, que pode alterar para melhor ou não, deputada Catarina Guerra, a vida de milhares de jovens no nosso Estado. Portanto, eu reitero meus parabéns pela atuação de Vossas Excelências, e daqueles que trouxeram essa discussão para este plenário. Hoje, temos uma resposta concreta e uma indicação para melhoria. E, por fim, parabeno, também, a boa vontade do reitor de se colocar à disposição para adequar tudo aquilo que for necessário, também colocando sua posição aqui de forma transparente.

Aparte Concedido ao deputado **Lucas Souza** – Deputados, bom dia! Agradeço ao deputado Coronel Chagas pelo aparte. Estou aqui em Brasília, mas estou participando de forma virtual para poder colaborar, até porque tem um projeto meu, hoje, em votação, que eu gostaria do apoio. Deputados, eu fico feliz por hoje, está voltando a esse assunto aqui na Assembleia, até porque semana passada eu estive defendendo justamente essa posição. A posição de dialogar com o reitor, com o Conselho Universitário e tentar mostrar que, pelo meu entendimento, pelo entendimento da procuradoria, e dos próprios servidores da UERR, não tinha nada, dizendo que estava excluindo o vestibular unificado como forma de ingresso, mas, sim, acrescentando a questão do Enem. Inclusive, algo muito

interessante de ser colocado, não é que a UERR está aderindo ao SISU, a UERR está aderindo às notas do Enem para ingresso na Universidade, principalmente daquelas vagas remanescentes. Aquilo que nós falamos na semana passada, que foi criticado, inclusive, nas minhas redes sociais, e por vaias na Assembleia. Mas, é bom que tenha vindo à tona, de forma cristalina, para um bom entendimento de todos os colegas, e que possamos ir adiante, deputado. Eu gostaria muito de ter participado dessa reunião ontem, mas por motivo de viagem não pude participar e amanhã, não estarei em Roraima para essa audiência pública. Mas, a UERR é fundamental na construção da nossa sociedade, ela entrou à tona na Assembleia, novamente, mas nós precisamos discutir sim, uma reestruturação orçamentária dela também, que acredito que será um debate que iremos aprofundar, tanto na nossa LDO, quanto na nossa LOA. E, gostaria do apoio de todos os colegas para que, a UERR continue sendo esse assunto importante a ser debatido aqui na Assembleia Legislativa. Obrigado, deputado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Obrigado, deputado Lucas pela contribuição. Com certeza, conte com a gente, conte com a Comissão de Educação e todos os deputados que compõem esse colegiado, aqui na Assembleia, deputada Catarina Guerra.

Aparte concedido à Deputada **Catarina Guerra** – Bom dia, deputado, bom dia a todos. Quero apenas me somar e não ser redundante pela fala dos colegas que me antecederam e parabenizar Vossa Excelência; parabenizar a deputada Aurelina, realmente, que conduziram a reunião ontem, de forma clara e transparente, mesmo no embate, conseguimos deixar claro e garantir a segurança, que era o que a gente tinha buscado através dessa reunião da comissão. Lembrando que amanhã haverá uma audiência pública para tratar justamente sobre os avanços da UERR como um todo.

Então, quero dizer que a Assembleia mais uma vez, sai na frente, realmente, avançando nisso e demonstrando a sua importância no papel de conscientização, de transparência e de meio de comunicação. Ontem, vários deputados se pronunciaram, propuseram resoluções e acho que a resposta que a gente buscava, a gente conseguiu, através dessa indicação e agora, acompanhar para que logo no mês de junho, nós possamos ter essa definição para dar tranquilidade aos nossos vestibulandos, que trouxeram essa demanda e a gente, com eficiência, está entregando a cada um deles. Então, só para cumprimentar e parabenizar mais uma vez, Vossa Excelência pela sua fala. Obrigada.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Obrigada, deputada Catarina, obrigado a todos os deputados que contribuíram com seus aportes no nosso pronunciamento, nesse tema, que é tão importante e que preocupava tantos jovens que se preparam para o vestibular. Quero concluir nosso pronunciamento, agradecendo a todos os membros das Comissões de Educação e de Administração e aos procuradores jurídicos, que em menos de 24 horas prepararam a minuta de sugestão para que fosse feita a indicação, como de fato já foi protocolado, assinado hoje, por mim e pela deputada Aurelina.

Agradecer à Universidade Estadual de Roraima, na pessoa do Magnífico Reitor, que veio aqui, prontamente, atendendo ao convite, trazendo esclarecimentos e deixando todos os membros da comissão tranquilos em relação à questão da resolução. E que, efetivamente, a Universidade Estadual continuará tendo vestibular como processo de ingresso nos cursos de formação de graduação e de licenciatura que a nossa Universidade Estadual de Roraima disponibiliza para os nossos estudantes. E amanhã, com certeza, estaremos aqui, participando também da Audiência Pública, com o tema “A UERR que Queremos”, porque entendemos que é através da educação que a gente melhora a nossa sociedade, melhorando a qualidade de vida de todos. Muito obrigado mais uma vez a todos. Um bom dia, até uma próxima oportunidade.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** - Agradeço a fala do deputado Coronel Chagas e todos os deputados que apartearam esse importante assunto, que foi debatido na comissão ontem, passei pela comissão, vi o interesse, vi a transparência e a fala do reitor, mostrando a preocupação de colocar a UERR de uma forma correta. Quero aqui parabenizar todos os deputados que participaram da comissão, parabênizo os presidentes da Comissão de Administração e de Educação, parabéns a vocês. Convido o deputado Armando Neto para usar a tribuna pelo tempo de 20 minutos.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Bom dia a todos. Quero cumprimentar aqui o nosso presidente, Marcelo Cabral, que está na oportunidade, presidindo esta Casa com muito respeito, o deputado Marcos Jorge, a nossa vice-presidente Aurelina Medeiros e todos aqui presentes, deputados, a TV Assembleia, todos os funcionários aqui presentes, a nossa plateia. É com muita satisfação, meu presidente, que venho aqui, hoje, nesta Casa, trazer um tema importante. Eu lembro muito bem que no final deste verão, o senhor foi autor de uma proposta para socorrer e dar o apoio necessário naquele momento do período forte de estiagem e estou vindo aqui, hoje.

No final de semana rodei nesse interior do estado, especificamente no município de Mucajaí, na região do Apiau, Penha, Vila Nova e Samaúma, onde é triste, lamentável, a situação da pecuária e dos produtores daquela região. Nós observamos que há animais morrendo, plantações devastadas, veio o fogo na ocasião do verão, veio posteriormente a chuva, matando o restante da pastagem. E, agora, veio a praga das lagartas. Sabemos que é um ano atípico e dessa vez veio de uma forma com muita violência. Isso traz prejuízos irreparáveis, deputada Aurelina, aos produtores daquela região do município de Mucajaí, que eu vi. E, eu ainda tenho a breve certeza de que não é só em Mucajaí, essa devastação ocorre em grande parte da pecuária e da produção deste estado. Nós precisamos apurar e nós precisamos dar a atenção devida a isso. Eu contatei com nossa assessoria o que poderíamos fazer para ajudar aquele povo, de imediato.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputado, antes de você dar a sua sugestão, queria dar um testemunho para enriquecer. Sábado, na sexta-feira, eu tinha um pedido da turma dos produtores de Samaúma, principalmente vicinal 4 e 7, com relação à lagarta, principalmente nas áreas onde houve a queimada. As pessoas ou jogaram as sementes, ou o broto no pasto e favoreceu para que as lagartas viessem comer tudo. Sábado fui em Campos Novos e na vicinal 7, quase que eu não consigo passar com a quantidade de gado solto na estrada, inclusive, animais caídos, magros e com fome. E, você olha para um pasto, que não foi queimado, acho que porque a folha é mais dura, a lagarta não foi lá, mas no broto que nasceu, a lagarta foi. Então, só para dar um testemunho ao seu discurso. Realmente é preocupante, eu olho e não sei o que fazer, quero ver a sua sugestão. Mas, eu assisti isso sexta e sábado em Samaúma e na região de Campos Novos, gado caído no asfalto de tão magro e as pessoas não têm para onde levar.

O Senhor Deputado **Armando Neto** continua – Muito obrigado, deputada, a senhora é uma testemunha viva de que anda neste interior de estado todo e, realmente, é uma calamidade pública, vemos o gado solto na vicinal. Eu tive a oportunidade de ir ao Samaúma, visitei as vicinais 2, 3, 5, 7 e nós observamos que os animais que não estão sendo soltos para escapar, estão sendo transportados por caminhão naquela localidade e muitos não têm para onde ir. A condição do produtor é pouca, a situação é desesperadora, os animais estão morrendo em cada propriedade, na beira da estrada, dentro da propriedade, onde chega para tomar uma água no açude, numa cacimba se atola, não tem força para viver. E, isso é um prejuízo, deputado, um dano irreparável.

Os lavrados de Roraima, que outrora não tinha muitas vezes utilidade para pecuária, hoje, já estão todos sobrecarregados. Então, é uma situação desesperadora, nós precisamos estar atentos a isso, nós da Comissão da Agricultura, não poderíamos passar este final de semana sem fazer este atendimento a quem nos solicitou. E, ontem, nos debruçamos com a nossa assessoria sobre os mecanismos necessários, para que possamos estender a mão para essa classe produtora, que tanto precisa neste momento de dificuldade. Tenho aqui em mãos, nós sabemos que a maioria dos produtores vivem do próprio suor, não tem emprego fixo, quando há oportunidade de ter uma linha de crédito a ser financiado, um gado, uma lavoura, uma recuperação de pastagem, uma cerca, um curral para tocar a vida para frente. E nós sabemos que este ano é um ano atípico, e pela preocupação que também é solidária a essa causa, eu pedi para a assessoria ver a possibilidade dos credores, dos bancos que possam ter a flexibilidade de adiamento de prazo, de correção, multas e juros, enfim, já tem uma resolução vigente do Banco Central, do Conselho Monetário Nacional, que trata da resolução n. 5.123/2024, de 28 de março de 2024. Uma resolução que por hora, ela anistia os juros e multas de 2024, prorroga prazo de parcelas. E, eu quero pedir a esta Casa, meu presidente, que nós possamos utilizar os meios de comunicação desta Casa, seja rádio ou televisão, que nós possamos expandir essa resolução do Conselho Monetário Nacional do Banco Central, para que os produtores que muitas vezes, por falta de conhecimento, por falta de tempo, por não ter o acesso às informações, muitas vezes têm a dificuldade de ter esse conhecimento. Já lhe dou o aparte, meu deputado Marcelo Cabral, só para concluir a minha fala, nós temos que dar essa ampla informação para que todos os produtores procurem a sua agência bancária, seus credores, para que possam juntos tentar salvar este ano, que é um ano de muita dificuldade. E, eu tenho certeza de que a maioria dos produtores deste estado vai quebrar, pois não têm condições de pagar nem a parcela, quanto mais juros e multas. Deputada Marcelo Cabral, você, que é tão conhecedor quanto eu, meu presidente, que no ano passado e nos anos anteriores, o gado em Roraima custava mais de 10 reais o quilo, que é a tradicional compra e venda do nosso estado. Hoje, está de 30% a 40%, é de dar dó, gado de 3 reais, 4 reais, de 5, já não tem mais quem compre, só tem quem vende. Então, nós precisamos dar essa ampla divulgação para que os produtores possam ter esse conhecimento e junto aos bancos, fazer o seu trabalho, para não aumentar esse prejuízo. Está franqueada a palavra, meu presidente.

Aparte concedido ao deputado **Marcelo Cabral** – Primeiro, quero parabenizar Vossa Excelência pelo uso da tribuna, neste momento, chamar a atenção pela preocupação do nosso estado, que é o setor primário, setor pecuário e agrícola. Vejo a preocupação de todos os deputados desta Casa, em especial de Vossa Excelência. E tem chegado até mim, vários pedidos de produtores, como Vossa Excelência falou bem, tivemos a estiagem, eu me lembro que falei sobre isso nesta tribuna, Vossa Excelência contribuiu com a minha fala com relação à preocupação com a estiagem no nosso estado. Falei com o senador Mecias de Jesus, naquela época, junto com o deputado Marcos Jorge, pedindo que o mesmo, falasse com o governo federal para estender, para prorrogar as dívidas dos bancos que financiam a pecuária e o agronegócio. E, tem um projeto tramitando em Brasília, não tenho dúvidas que isso vai prorrogar, mas o momento é mais crítico. E, esta Casa vai autorizar para divulgar nas redes sociais, na TV Assembleia, na Rádio Assembleia, chegar aonde for preciso, as informações corretas que Vossa Excelência está trazendo, hoje. E, a preocupação é maior ainda, o nosso estado passou de 1 milhão de cabeças de gado. Não tenho dúvidas de que este ano a nossa perda será de 10% a 15% em nosso rebanho, por dois motivos: quem quer vender porque não tem pasto, e quem quer comprar, não é por falta de dinheiro, é porque não tem a pastagem para o gado comer. Ou seja, o gado está penalizado, está morrendo de fome, e o produtor que tem na sua vida, só aquela pecuária, só aquele pasto, só aquele gado, não tem o que fazer. Imaginem, vocês, há um ano, o bezerro custava 13 reais, 10 reais, e hoje, tem gado de 3 reais, 4 reais sendo vendido no estado de Roraima. Um produtor que pegou 200 mil reais para comprar bezerro, comprar gado, se vender todo seu rebanho, não paga 50% da dívida e ainda pode ir para o Serasa e sua terra ser penhorada e leiloadada. O Nosso estado não pode ser penalizado por isso. Sabemos do fator climático, mas o produtor pequeno, médio e grande não consegue sustentar essa dívida. Falo aqui pelo meu município de Amajari, no Trairão, deputado Armando Neto, Vossa Excelência conhece, pegou fogo, que acabou todos os lotes e depois do fogo veio a chuva. Uma benção para todos, mas logo após, veio a praga da lagarta que acabou com a pastagem. Fora isso, o gado, hoje, está todo solto na beira da estrada, sem cerca, sem curral. Ou seja, esta Casa é favorável em fazer o que é preciso para divulgar, para ajudar, para contribuir com cada produtor deste estado para não esquecer que aqui dentro desta Casa tem deputados e deputadas do agro, que veem as pessoas como ninguém.

O setor primário é fundamental para este estado e, não é só a pecuária, quem planta soja e milho está passando pelo mesmo problema, têm várias produções de soja sendo replantada neste momento. Imaginem o custo, de quanto é para replantar mil hectares de soja.

Para encerrar a minha fala, quero, deputado Armando Neto, parabeniza-lo por trazer esta importante fala, para dizer que nosso povo, nosso produtor, nosso colono, nosso indígena, não está esquecido, pois nesta Casa tem deputados que estão sempre ao lado deles, para protegê-los e ajudá-los. Muito obrigado a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Armando Neto** continua – Obrigado deputado Marcelo Cabral, presidente nesta ocasião, pela sua contribuição. O senhor é um conhecedor e defensor dessa causa também, tanto eu, como a deputada Aurelina, como tantos outros deputados. Só uns dados importantes meu presidente, no município de Mucajaí, tem aproximadamente 1.150 propriedades que produzem carne e leite e são desse segmento. O rebanho, hoje, eu digo hoje, no mês de outubro de 2023, era em torno de 210 mil naquele município. Em abril esse rebanho veio para 208 a 209 mil, aproximadamente. E, o rebanho atual está em torno de 195 mil, já teve uma baixa muito grande aproximadamente de 15 a 16 mil animais. É lógico que saíram do cadastro da Aderr, que morreram. Enfim, teve uma baixa e isso é consequência da estiagem, da grande praga que está vindo e o prejuízo vem consequentemente. Nós falamos do município de Mucajaí porque foi um município que eu percorri neste final de semana, mas a gente sabe que a realidade é em grande parte desse estado, não só na pecuária, como também na agricultura, na pequena agricultura, como o senhor bem disse, onde o produtor só tem a força dos braços, o suor na testa, fé em Deus e consegue com a sua família produzir alguma coisa, seja na pecuária ou na agricultura. E, quando vem uma linha de crédito, ele faz um bom proveito para melhorar a sua renda, mas quando vem uma devastação dessas vem junto, carregado de prejuízos para aqueles pequenos produtores, que muitas vezes não dá conta de pagar e não tem como pagar mesmo, vai penhorar a terra, vai perder a sua pequena propriedade, a gente não sabe o que vai acontecer. E, nós torcemos para que Deus ilumine e que dê uma solução porque ele é Pai e não é padraço. A gente torce por isso e vamos fazer força. Mas, eu agradeço a sua colaboração nessa ampla divulgação que o senhor está nos possibilitando que está Casa faça para os pequenos produtores do interior do estado. Nós vamos apurar minuciosamente, essa resolução do conselho monetário financeiro do Banco Central, para que

possamos atender os produtores do nosso estado porque essa é a nossa obrigação. Mas, independentemente disso, nós parlamento, nós deputados, precisamos também arrumar uma solução, junto ao governo. O nosso papel de deputado é fiscalizar, é fazer projetos de lei, fazer indicação. E, hoje eu estou movendo uma indicação ao governo do estado para que ele possa fazer de imediato, um plano de impacto, um trabalho, que possa vir a atender o pequeno produtor, principalmente daquela localidade.

Nós sabemos que tem um plantio de milho no estado inteiro, é prioridade também, já tem plano de trabalho, mas o plantio de milho já está esgotando o prazo, já está atendendo a demanda, já estamos conseguindo plantar nesse estado todo, até porque o tempo nos cobra isso. Mas, o governo tem muito maquinário, muito trator, muito implemento e através de um plano de trabalho, eu creio que nós possamos conseguir ajudar o pequeno produtor. Às vezes, esse produtor tem 60 hectares e esses 60 hectares se acabam e ele não consegue plantar de uma forma manual. Primeiro, porque tem custo; segundo, porque o inverno já nos cobra isso. Nós precisamos tomar essa terra, precisamos arar de alguma forma, e o governo se tiver condições... abra-se emergencial para tudo, e não olhar com outros olhos para abrir um emergencial, mesmo que um pequeno incentivo para uma parte de insumos, para uma parte de sementes, condições de mecanização para que nós possamos ajudar esses produtores, nem que não seja 100%. Mas, que seja ajuda de alguma forma, porque os nossos produtores estão clamando por isso e nós precisamos fazer a nossa parte. O deputado Armando está aqui, fazendo o seu papel, e tenho certeza que todo o parlamento é solidário a essa causa. E, nós vamos cobrar do governo, para que ele possa fazer a sua parte, também. Tenho certeza de que o governador Antônio Denarium, que é um governador sensível a esta causa, é conhecedor da causa, ele defende e investe muito na agricultura e na pecuária deste estado. Eu tenho certeza de que independente do grande, do médio e do pequeno, o governador tem essa sensibilidade. E, nós vamos juntos, peço aos meus colegas do parlamento, que nós possamos unir forças através da Comissão de Agricultura e através do deputado Armando Neto, para que nós possamos estender uma mão amiga, justa e esperançosa aos pequenos produtores afetados por essa devastação. Então, fica aqui a minha fala, meu presidente, que nós possamos unir forças e que Deus nos abençoe para que nós possamos fazer o nosso papel. Nós viemos nesse mundo para servir ao próximo, essa é a nossa obrigação como parlamentar e como ser humano. Muito obrigado, agradeço a compreensão de todos e vamos unir forças. Obrigado, presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Quero aqui agradecer a fala do deputado Armando Neto, e quero também dizer que não tenho dúvidas de que o governo do estado tem feito o seu papel para ajudar o agronegócio. Um Governo voltado realmente ao agro, voltado ao pequeno, ao indígena, ao colono, médio e grande. Quero convidar todos os deputados que estão na sala vip, em seus gabinetes, que desçam para o plenário para deliberação e votação de projetos.

Solicito ao Senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcos Jorge** – Não há quórum para deliberação senhor presidente. Há um deputado *online* e 10 em plenário.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Peço a nossa Superintendência Legislativa que zere o painel e faça novamente a verificação de presença.

Convido todos os deputados que estão *online*, que estão em seus gabinetes, que estão na sala vip, temos dezenas de projetos para serem votados.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura dos ofícios que chegaram à Mesa neste momento. Ofício Convite n. 001/2024 e o do Requerimento n. 48/2024.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcos Jorge** – (Lido o Ofício Convite n. 001/2024 e o Requerimento n. 48/2024).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Como não há quórum para deliberação das matérias constantes na ordem do Dia, passaremos para o Expediente de Explicações Pessoais. Com a palavra, o deputado Renato Silva.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Senhor presidente, não podia deixar de falar que acordei hoje com uma notícia sobre a decisão da juíza da Comarca de Alto Alegre, cancelando a eleição suplementar e solicitando uma nova eleição indireta na Câmara de Vereadores. Assim, suspendendo a diplomação em 90 dias e isso, baseado também no parecer do promotor André da Comarca de Alto Alegre.

Quando eu fiquei sabendo dessa notícia, hoje de manhã, fiquei muito surpreso, positivamente, porque quem participou daquela eleição em Alto Alegre viu como foram usados o poder público e o poder econômico naquela disputa eleitoral. Posso dizer que eu nunca vi antes

acontecer da forma que foi feita em Alto Alegre. Claramente, usando o poder público, secretarias, poder econômico, como se não existisse lei aqui no estado de Roraima. E a resposta que essa juíza dá é que em Roraima existe lei, que Roraima tem juízes, têm desembargadores que respeitam a lei.

A decisão, além de ser uma decisão com força de lei, é uma decisão moral porque senão, em outubro, como seriam as eleições? Não desmoralizou os apoiadores da chapa contrária, pelo contrário, desmoralizou todos os poderes, desmoralizou a Assembleia, o Judiciário e o TRE. Olha, vários partidos políticos entraram com ação de impugnação desse diploma, não somente os partidos políticos, mas a própria Polícia Federal, o próprio Ministério Público. Foi de extremo absurdo o que aconteceu em Alto Alegre. Nós não podemos olhar o que aconteceu em Alto Alegre e simplesmente achar que é normal. Nós não estamos vivendo aqui em Roraima na época do faroeste, não podemos ver o que aconteceu e simplesmente achar que é normal. Então, fica aqui a minha salva de palmas, já temos a Moção de Aplausos, aqui para essa juíza e esse promotor, que tiveram coragem de enfrentar o sistema, mostrando que o TRE não vai se calar nas próximas eleições de outubro. Parabéns ao TRE, parabéns a essa juíza. É disso que precisamos em Roraima, restabelecer a lei e principalmente a moral. Obrigado!

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Com a palavra, o deputado **Rárison Barbosa**.

O Senhor Deputado **Rárison Barbosa** – Obrigado pela oportunidade. Em relação à questão do requerimento apresentado, quero agradecer ao senhor e pedir que os deputados possam compor conosco essa comissão, para que possamos acompanhar essas vacâncias que existem na Secretaria de Justiça e Cidadania. Nós viemos há um tempo, pedindo que essa Secretaria possa enviar esses dados para cá, mas infelizmente até o momento nós não conseguimos essas informações. Então, eu acredito que essa comissão é importante para que possamos cobrar da secretaria esses dados, acompanhar as questões das vacâncias e zerar essa fila que temos dos novos policiais penais, que já estão formados. O estado já fez o seu investimento, já fez o seu papel e eu acho que, enquanto comissão, podemos estar cobrando do Executivo, a agilidade na nomeação de todos. Era isso, obrigado!

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Com a palavra, a deputada **Aurelina Medeiros**.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Obrigada, presidente! Nós apresentamos um convite à Comissão de Administração, composto por mim, como presidente e pelos deputados: Jorge Everton, Coronel Chagas, Joilma Teodoro, Soldado Sampaio; a Comissão de Agricultura presidida pelo deputado Armando Neto, tendo como membros Gabriel Picanço, Marcelo Cabral, Aurelina Medeiros e Eder Lourinho. Ocasão em que na terça-feira, às 15h, nós estaremos convidando através deste expediente, o secretário de Agricultura, o presidente do Iater, o presidente da Femarh, o presidente do Iteraima e o presidente da Aderr, para que possamos discutir a questão do concurso público para o setor agrícola. É importante, para que os deputados possam conhecer a disponibilidade de técnicos no setor que demanda serviços a toda hora.

Então, nós queremos convidar os membros da comissão e os demais deputados que queiram estar presentes, e convidar essas autoridades para que nós possamos discutir aqui o quadro de pessoal de cada instituição e a necessidade de realização de concurso. Obrigada, presidente!

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Com a palavra, a deputada **Angela Águida Portella**.

A Senhora Deputada **Angela Águida Portella** – Uso as minhas explicações pessoais de hoje, para parabenizar a deputada Aurelina, que está fazendo aniversário. Dizer da minha alegria de poder comemorar com a senhora esse aniversário, mas dizer sobretudo do meu carinho, da minha admiração, do meu respeito e de quanto nós aprendemos todos os dias, convivendo com a senhora, não só as questões aqui da Casa, mas sobretudo a resiliência, compreensão, a boa convivência com as pessoas. Então, parabéns, desejo para a senhora muita alegria, paz, saúde e feliz aniversário. Obrigada!

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** - Quero aqui convidar todos os deputados presentes para cantarmos parabéns para a deputada **Aurelina Medeiros**.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Obrigada! O deputado Marcelo estava dizendo: “não é centenária não”, mas hoje eu amanheci com os meus filhos em casa e levaram um bolo com uma velinha e eu disse que nós estamos comemorando um ano a menos. Obrigada a todos vocês pelo carinho, em especial à deputada Angela, que está com esse carinho de sempre, e a todos vocês o meu abraço e obrigada. Eu acho que as coisas que mais me honram neste parlamento é a amizade, é a convivência, o dia a dia, é poder estar aqui, aprendendo.

Vocês dizem: “A Aurelina é a mais antiga e a mais velha daqui, nós aprendemos muito com ela”. Mas, eu aprendo muito com os jovens, é uma lição de vida, podem ter certeza. Muito obrigada de coração, um beijo para todo mundo.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – E, não havendo mais nada a tratar, às onze horas e trinta e seis minutos, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia vinte e três de maio, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os senhores deputados e as senhoras deputadas: **Angela Aguida, Armando Neto, Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Dr. Meton, Joilma Teodora, Lucas Souza, Marcelo Cabral, Marcinho Belota, Marcos Jorge, Rárison Barbosa, Renato Silva, Soldado Sampaio e Tayla Peres**.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RESOLUÇÃO Nº 3768/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

Considerando a ausência dos atos de exoneração e nomeação, e em consonância ao Princípio Administrativo da Autotutela e a Súmula 473 do STF,

Considerando ainda que à luz do que dispõe o Art. 55, da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública, desde que não importem em lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos administrativos que apresentem vícios sanáveis são passíveis de convalidação;

RESOLVE:

Art. 1º REGULARIZAR a exoneração de **NATHANAEL ARAUJO DE SOUZA**, matrícula: 17094, CPF: ***.527.652-** do Cargo Comissionado de Auxiliar Parlamentar V, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 1150, de 26 de julho de 2011 e suas alterações.

Art. 2º REGULARIZAR a nomeação de **NATHANAEL ARAUJO DE SOUZA**, matrícula: 17094, CPF: ***.527.652-** no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar Parlamentar, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 008/09, de 03 de março de 2009, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 576, de 03 de março de 2009 e suas alterações.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2016.

Boa Vista - RR, 17 de junho de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 3769/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

Considerando a ausência dos atos de exoneração e nomeação, e em consonância ao Princípio Administrativo da Autotutela e a Súmula 473 do STF,

Considerando ainda que à luz do que dispõe o Art. 55, da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública, desde que não importem em lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos administrativos que apresentem vícios sanáveis são passíveis de convalidação;

RESOLVE:

Art. 1º REGULARIZAR a exoneração de **NATHANAEL ARAUJO DE SOUZA**, matrícula: 17094, CPF: ***.527.652-** do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar Parlamentar, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 40/16, de 22 de dezembro de 2016, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 2432, de 29 de dezembro de 2016 e alterações.

Art. 2º REGULARIZAR a nomeação de **NATHANAEL ARAUJO DE SOUZA**, matrícula: 17094, CPF: ***.527.652-** no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-10 Auxiliar Parlamentar, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 40/16, de 22 de dezembro de 2016, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 2432, de 29 de dezembro de 2016 e alterações.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017.

Boa Vista - RR, 17 de junho de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 3770/2024-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações, e em consonância ao Princípio Administrativo da Autotutela e a Súmula 473 do STF,

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO o usufruto das férias do(a) servidor(a) GABRIELA DA SILVA ANDRADA, **matrícula: 25929**, efetuada por meio da Resolução nº 3302/2024-SGP de 03.06.2024, publicada no Diário da ALE nº 4179 de 03.06.2024, por emissão indevida.

Art. 2º Esta Resolução surte efeito a contar de 03/06/2024.

Boa Vista – RR, 17 de junho de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 29362


RESOLUÇÃO Nº 3771/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

Considerando a ausência do ato de nomeação, e em consonância ao Princípio Administrativo da Autotutela e a Súmula 473 do STF,

Considerando que o (a) servidor (a) ANDREIVE RIBEIRO DE SOUSA, matrícula nº 25562 foi nomeado em 01/01/2021 e a ausência de publicação do respectivo ato,

Considerando ainda que à luz do que dispõe o Art. 55, da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública, desde que não importem em lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos administrativos que apresentem vícios sanáveis são passíveis de convalidação;

RESOLVE:

Art. 1º REGULARIZAR a nomeação de ANDREIVE RIBEIRO DE SOUSA, matrícula: 25562, CPF: *.502.112-**, ocorrida em 01 de janeiro de 2021** no Cargo P003-ALE Chefe de Procuradoria, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 013/17, de 18 de outubro de 2017, publicada no Diário da ALE nº 2634 de 06.11.2017 e suas alterações e Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021 e alterações, **prevalecendo a exoneração** da Resolução nº 005/2021-MD de 02 de fevereiro de 2021, publicada no Diário da ALE nº 3387 de 02 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Boa Vista - RR, 17 de junho de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 29362

